



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Relatório de movimentação de Depósitos Judiciais - Lei Complementar n.151/2015

Situação em 31-12-2021				
Entidade	Saldo dos depósitos (100%)*	Valor Acumulado com o ente da federação (70%)*	Saldo do Fundo de Reserva*	% do Fundo de Reserva
Estado de Santa Catarina – Leis n. 10.482/2002 e n. 11.429/2006 e LC n. 151/2015	344.896.877,93	262.452.917,18	54.792.094,69	15,89%
Município de Araranguá	4.554.258,69	3.187.981,09	1.434.112,35	31,49%
Município de Balneário Camboriu	28.176.799,19	19.723.759,09	8.461.137,20	30,03%
Município de Blumenau	39.909.912,75	28.086.724,89	12.185.606,10	30,53%
Município de Campos Novos	31.149.518,41	21.804.662,91	9.429.431,36	30,27%
Município de Chapecó	11.335.832,83	8.428.225,14	3.412.561,42	30,10%
Município de Criciúma	957.269,95	708.777,90	288.182,21	30,10%
Município de Florianópolis	9.944.637,77	6.964.146,17	3.363.171,61	33,82%
Município de Imbituba	737.994,17	516.595,87	211.079,18	28,60%
Município de Indaial	30.885,08	21.619,54	9.866,69	31,95%
Município de Joinville	17.801.308,31	12.460.915,72	5.385.679,81	30,25%
Município de Lages	1.378.382,36	964.867,76	462.740,72	33,57%
Total	490.873.677,44	365.321.193,26	99.435.663,34	

Fonte: Sistema de Gestão de Depósitos Judiciais - SIDEJUD

*Atualizado pela caderneta de poupança pro rata die.

(1) Conforme decisão do Gabinete da Presidência de 30/7/19 no processo administrativo SEI n. 0014579-50.2019.8.24.0710, os saldos dos fundos de reserva do Estado de SC referentes às leis n. 10.482/2002 e n. 11.429/2006 e lei complementar n. 151/20152 foram unificados.